

JOSE MITCHELL

Na visita de três horas ao Rio Grande do Sul, para inaugurar a ampliação do pólo petroquímico gaúcho, Fernando Henrique declarou ser "contra a guerra fiscal", apoiando críticas do governador Olívio Dutra. Ele disse compreender a iniciativa de Olívio de sobretaxar produtos que venham de outros estados com subsídios fiscais. "É como disse para o governador Mário Covas (primeiro a adotar medida). Havia guerra, na guerra é como na guerra. Por isso, é ruim; porque obriga todo mundo a ficar na guerra fiscal."

Manifestação de 250 petroquímicos ligados à CUT foi mantida a mais de um quilômetro da cerimônia pela Polícia Federal, Brigada Militar e Exército. Nos cartazes se lia "FHC, traidor da nação" e "Fora FHC e FMI".

PORTO ALEGRE – Ao frisar que "o tempo de impunidade acabou no Brasil", o presidente Fernando Henrique Cardoso advertiu ontem que "todos vão ter de cumprir a Lei da Responsabilidade Fiscal", citando o segundo projeto em exame no Congresso, que estabelece regras e penas. Ele criticou os que afirmam que não cumprirão a lei, numa referência ao prefeito da capital gaúcha, Raul Pont (PT). Fernando Henrique classificou a intenção de "altamente irresponsável", sobretudo se a pessoa está num cargo público, considerando-a "um erro sob o ponto de vista da democracia".

"Não se trata do arbítrio da autoridade maior, mas do devido processo da lei. Todos vão cumprir a lei. Eu vou cumprir a lei que atinge a mim. A população não agüenta mais impunidade e os tribunais estão aí para isso."

Transição – Ele negou a possibilidade de um prazo de transição para as prefeituras se adaptarem à legislação, uma vez que o projeto já foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado.

O prefeito Raul Pont contestou ontem mesmo o presidente, garantindo que continuará a conceder reajustes bimestrais ao funcionalismo, mesmo ultrapassando 65% da receita, o que é proibido pela nova lei. "Quem dá mau exemplo é o governo federal, que não cumpre a lei e o pacto federativo, ao desvincular parte da receita do orçamento para sua livre movimentação, ou quando compromete mais de 60% das receitas federais no pagamento de dívidas, afrontando os princípios da soberania nacional e do pacto federativo."

Intervenção – Pont foi além: "Nós provamos que é possível ter equilíbrio fiscal, sem arrochar salários ou demitir, enquanto o governo federal demite, arrocha salários e mantém total subordinação aos banqueiros. Ele (presidente) não pode dar lições de moral a ninguém. Vou manter a política salarial aprovada por lei municipal. Se um presidente pode interferir na ação de um prefeito, é melhor acabar com eleições e nomear intervenentes."

FHC desobediência é 'irresponsável'

■ Presidente condena intenção de prefeitos como Raul Pont, que não pretendem respeitar limite de gastos da Lei Fiscal